



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

**ATA 22/2013**

**ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DO  
QUADRIÊNIO DE 2013-2017  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze pelas nove horas e trinta minutos reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **1ª Sessão Ordinária do Quadriénio de 2013-2017**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António José Real da Fonseca e Deolinda Martins, como 1ª e 2ª Secretárias, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

**II – ORDEM DO DIA-----**

**Ponto 1 – Informação Escrita sobre a Atividade e situação Financeira do Município. -----**

**Ponto 2 – Proposta de Orçamento e Gop's para 2014. -----**

**Ponto 3 – Proposta de Mapa de Pessoal. -----**

**Ponto 4 – Proposta de Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia. -----**

**III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----**

**O Senhor Presidente da Assembleia** deu posse aos Srs. Deputados Municipais, **José Maria Pignatelli de Carvalho Barreto**, da bancada do CDS, **Adventino Pinheiro de Amaro** e **Raquel Rodrigues** da bancada da CDU -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Rui Miguel Cabral**, pelo Membro **Alcina Trindade** -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Afonso Simão**, pelo Membro **Carlos Barreto** -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Miguel Galante**, pelo Membro **João António** -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Joaquim Campos**, pelo Membro **Adventino Amaro** -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Lídia Mateus**, pelo Membro **Raquel Rodrigues** -

Na bancada da **BE**, o Membro da Assembleia Municipal, **José Falcão**, pelo Membro **Luis Santos**-----

Na bancada do **CDS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Isabel Maria Galriça Neto**, pelo Membro **José Maria Pignatelli** -----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos **35** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado as ausências de **Fernando Painho Ferreira e Maria João Loya**, pela bancada da **CDU** -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Susana Amador e 4 Vereadores que compõem o executivo camarário, Edgar Valles, Hugo Martins, Fernanda Franchi e Paulo César, da bancada do **PS**, Rui Francisco da bancada da **CDU** e Carlos Bodião, pela bancada do **PSD** -----

Havendo quórum, o **Senhor Presidente** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

O **Senhor Presidente** propôs que se desse início ao **Período das Intervenções Políticas de Interesse Relevante**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----



Assembleia Municipal de Odiveelas

*(Handwritten signatures and initials)*

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*"Vou passar a ler um documento que chegou à minha posse que é a posição conjunta dos Municípios da AML sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2014."* -----

*Enquanto entidades de população e território, dotadas de autonomia, as autarquias locais corporizam, em boa medida, realidades, aspirações e potencialidades que se destacam no quadro nacional, ao mesmo tempo que contribuem diretamente para a construção de um todo mais rico, dinâmico, multifacetado e preparado para superar os desafios que se apresentam ao país.* -----

*Ao Governo, desde logo através do Orçamento de Estado enquanto instrumento de redistribuição, coesão e consolidação de uma comunidade nacional, cabe, no respeito pelas diferenças e especificidades, construir e implementar os instrumentos e os mecanismos de um trajeto comum. Não concorrencial. Integrador.* -----

*Na Lei do Orçamento de Estado para 2014 (OE) dificilmente se lerão tais premissas.* -----

*Uma administração local limitada na sua autonomia, subalternizada, desvalorizada, gerida de fora, despida de recursos, não pode ser uma administração local democrática.* -----

*Não pode desempenhar o papel que dela se espera e que, naturalmente, se lhe exige.* -----

*Da mesma forma, uma administração pública que continua e conscientemente desvaloriza o seu mais precioso recurso – seja alimentando um discurso de desconfiança crescente face aos seus trabalhadores, seja implementando medidas efetivas (veja-se, entre outras, o artigo 33º do OE) de depreciação do trabalho prestado – apenas pela dedicação e empenho não retribuídos de milhares de trabalhadores pode continuar a representar uma solução e um instrumento de desenvolvimento e crescimento.* -----

*Um olhar mais aprofundado sobre o OE deve, contudo, levar-nos mais longe.* -----

*Ao inaceitável agravamento das reduções remuneratórias constantes do artigo 33º incidindo sobre salários cada vez mais baixos – muitas outras medidas se somam, contribuindo para que a lei do OE dificilmente se possa ter, a qualquer título, por razoável.* -----

*É insustentável que, sem qualquer critério apreensível, sem que haja rácios que definam as verdadeiras necessidades de pessoal, se continue a exigir aos municípios uma redução do número de trabalhadores, que há muito faz perigar a qualidade, ou a própria existência, de vários serviços, contribuindo ainda decisivamente para o envelhecimento galopante dos recursos humanos disponíveis, com consequências dramáticas particularmente nas áreas operacionais.* -----

*Como é insustentável que, em matéria de contratação pública, como em muitas outras, se continue a sujeitar as autarquias locais a uma multiplicidade de pareceres prévios e autorizações (bastas vezes confundido competências executivas e deliberativas) que, para lá dos constrangimentos que acarretam e do clima de desconfiança que potenciam, nada contribuem para a melhoria dos serviços.* -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*Há muito que o aumento das contribuições e encargos das autarquias com a massa salarial, coetâneo das reduções salariais, se tornou um hábito. Desta feita regista-se um acréscimo 3,75% nas contribuições mensais para a CGA. Aumento que coincide com mais uma redução das transferências do OE para os municípios por via da lei das finanças locais (FEF: menos 50.932.601€ do que em 2013; FSM: o mesmo valor que em 2013; IRS: menos 17.567.385€ do que em 2013), ele mesmo extensível às áreas metropolitanas. -----*

*Com as sucessivas leis de OE, tem-se vindo a estrangular a autonomia financeira do poder local, sem contrapartida das devidas compensações aos cortes efetuados, além do facto de todo o apuramento das transferências provenientes do OE serem feitas de forma pouco transparente, dado que as autarquias desconhecem os valores que servem de base ao seu cálculo. -----*

*Aliás, não deixa de ser curioso que, logo no seu primeiro momento de vida, a lei das finanças locais se veja parcialmente suspensa pelo OE. Facto que seria, por si só, revelador das circunstâncias com que nos deparamos e da insegurança e arbitrariedade a que, paulatinamente, o poder local foi sujeito. -----*

*A própria regra de redução de pagamentos em atraso, desde logo para os municípios que os não têm, o desvio ilegítimo em detrimento dos municípios de receitas provenientes do Imposto Unitário de Circulação, receitas essas que poderiam servir como retribuição dos cortes efetuados, nomeadamente do adicional em sede de IUC (art.º 199º) que segundo a lei reverte integralmente a favor do Governo, devendo, no mínimo, ser distribuído com a mesma proporção vigente do imposto. -----*

*Muitas das soluções propostas em matéria de IRS e impostos sobre transações e património imobiliário revelam-se desajustadas, para lá de constituírem intromissões manifestas na esfera de competências da administração local. -----*

*A lei do OE omite mais uma vez a introdução de um artigo que obrigue a Autoridade Tributária e Aduaneira a disponibilizar aos municípios toda a informação pertinente sobre a liquidação e cobrança dos impostos municipais, a principal fonte de receita para a maioria dos municípios, condição essencial para uma gestão mais criteriosa e eficaz do poder autárquico. -----*

*Longe de esgotar o tema, e cientes que uma análise exaustiva do documento do OE – como a elaborada pela ANMP – revela, naturalmente, novos e preocupantes contornos na estrutura e objetivos daquele documento, importa assumir, neste momento, que a sua execução representará, sem margem para dúvidas, mais um retrocesso na vida do poder local democrático e, conseqüentemente, uma degradação da qualidade de vida das populações. -----*

*O poder local democrático é, e tem sido ao longo das últimas quatro décadas, um alicerce fundamental do progresso que em tantas áreas se tem feito sentir. Na cultura, na educação, na infraestruturação do país, as autarquias locais têm estado sempre na primeira linha. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten initials and signature)*

*A lei do OE aprofunda um processo de rotura com esta história e com esta experiência. Desvalorizando o trabalho e os trabalhadores, aumentando encargos, limitando receitas, potenciando mecanismos de diferenciação dentro de um mesmo território, promovendo o incumprimento de legislação estruturante recém aprovada o OE não cumpre os objetivos que dele se esperam. -----  
Cabe-nos afirmar a necessidade de atalhar um caminho novo na relação do governo com a administração local." -----*

**José Maria Pignatelli**, pela bancada de Odivelas Merece Mais, proferiu uma intervenção política que seguidamente se transcreve-----

*"Cumprimento todos os presentes: A si, Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, aos restantes Membros da Mesa, às Senhoras e Senhores Deputados, aos Membros do Executivo da Câmara Municipal, aos cidadãos e aos Órgãos da Comunicação Social que nos dão a honra da sua presença. -----  
Esta é a primeira sessão da Assembleia Municipal de Odivelas em que participo. Cumprirei as minhas funções com o entusiasmo que tive no último mandato, quer como eleito na Assembleia de Freguesia de Odivelas quer com o desempenho que concluí nos gabinetes de dois Vereadores Independentes desta autarquia que já não desempenham funções. -----*

*Desejo as maiores venturas a todos os Deputados que aqui vão estar nos próximos quatro anos. Também a todos os demais autarcas eleitos no Concelho de Odivelas, no passado dia 29 de Setembro. Espero que cumpram as promessas que fizeram. Importa ter entusiasmo pela defesa da coisa pública e que o façamos com rigor, tendo a clarividência de planejar prioridades. -----*

*Faço desta declaração, a minha mensagem para 2014, um ano que volta a ser determinante no futuro do País. Mais um, em que se repetem dificuldades imensas para a maioria dos portugueses. Continuaremos a assistir ao mesmo paradigma, tanto na Administração Central, como na Administração Regional e Local: "Em casa que não há pão, todos ralham sem razão". -----*

*É obrigação de todos nós, autarcas, colaborar ativamente no resgate deste panorama que contribui decisivamente para o empobrecimento socioeconómico do concelho de Odivelas, principalmente pelo encerramento de pequenas e médias empresas, a maioria do sector do comércio e serviços. -----  
Isto significa o final de dezenas de economias familiares. Um cenário preocupante que carece de ser acudido de imediato. -----*

*Também aspiro a que consigamos contribuir para minorar o sofrimento: -----*

*- Das crianças em risco, filhas de famílias problemáticas ou de famílias com profundas dificuldades económicas a quem o desemprego bateu à porta; -----*

*Das crianças com deficiência que não encontram respostas às suas necessidades nas instituições existentes; -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*Dos idosos que auferem reformas mínimas ou, mesmo com pensões mais elevadas, se encontram quase abandonados a viver em famílias monoparentais a quem ninguém acode, porque esquecemos de os procurar, de criar mecanismos de interação, com a sociedade e as suas instituições, para sinalizar estes casos;* -----

*Das muitas famílias da classe média que constituem os novos pobres, quase todos fechados na sua vergonha, que passam pela ajuda do banco alimentar e não conseguem pagar as suas obrigações mensais, como as prestações das casas aos bancos. O drama do desemprego cresceu demasiado em Odivelas em escassos quatro anos, batendo recordes.* -----

*Preconizo a rogativa da defesa da história desta terra, onde vivo há 33 anos, do seu património escasso e muito degradado que reflete a cultura de uma região, também ela fundamental para o desenvolvimento sustentado.* -----

*Odivelas tem de saber o que quer ser no futuro. São necessários projetos pensados, com objetivos.* -----

*Em cada sector, a Câmara Municipal e as freguesias devem planear em uníssonos: Acautelar o futuro, dando condições de competitividade a nível da Área Metropolitana de Lisboa, por forma a termos um concelho mais inclusivo, gerador de emprego, atrativo para as empresas, capaz de atrair novos investimentos e dinâmico a nível cultural.* -----

*Pensar Odivelas, não é uma tarefa que se esgote em quatro anos. Mas passa por decisões estruturais fundamentais e imediatas como:* -----

*O debate e aprovação do PDM, o Plano Diretor Municipal;* -----

*Definição clara sobre os serviços municipais de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos, sem apelo a megalomanias que podem trazer maus resultados a curto e médio prazo;* -----

*A mobilidade urbana, avaliando definitivamente os eixos principais dos transportes para o médio longo prazo;* -----

*A definição das prioridades das obras municipais, bem como uma gestão integrada dos equipamentos existentes, já que alguns deles serão eternamente deficitários para as contas públicas;* -----

*Criar novos hábitos como a capacidade de prestar contas aos munícipes periodicamente.* -----

*É imperativo mobilizar a sociedade, as coletividades, as empresas, as instituições de solidariedade social, as igrejas, os partidos políticos. Esta Câmara Municipal tem de ser o motor deste ambicioso plano que deve unir todo o município. É um novo modelo que deve ser equacionado de modo emergente.* -----

*Nós – Eleitos - devemos ainda fazer uma análise de um momento inquietante:* -----

*Concluídos 39 anos da nossa democracia, só já participam em atos eleitorais uma minoria dos eleitores. Esta Assembleia Municipal de Odivelas foi legitimada por 33% dos eleitores do concelho: 57% abstiveram-se e 10% foram às urnas votar em branco ou anular o seu voto, manifestando a sua falta de confiança na classe política e nos seus projetos.* -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten initials and signature)*

*Oxalá que aqui, em Odivelas, saibamos recriar um futuro mais promissor, não fazendo do exercício político um motivo de divisão social e distração do essencial. Que esta Assembleia Municipal saiba fiscalizar o Executivo camarário de modo construtivo: -----*

*Por um lado, contribuindo e corroborando com as boas decisões; -----*

*Por outro, não sustentando deliberações imprevidentes, expondo e materializando razões e ministrando outras escolhas. -----*

*A maioria dos portugueses continua a viver numa encruzilhada. -----*

*Já separados entre os muito ricos e os remediados e entre quem trabalha no sector público e no privado, precisamos de arte e engenho para sair deste modelo. -----*

*Carecemos de ser mais solidários, dentro e fora das nossas casas. -----*

*Necessitamos de triunfar nos nossos projetos individuais, mas, acima de tudo, teremos de ser capazes de criar muitos desígnios coletivos e dar-lhes universalidade e credibilidade. -----*

*Temos o direito de ser diferentes uns dos outros, mas importa a capacidade em nos unir neste complexo conflito, convergindo o melhor de cada ideal, com cedências, sem humilhações, sem desesperos e evitando ainda maior empobrecimento das famílias portuguesas. 2014 Continua a ser um ano de pensarmos o País, os Concelhos, as Cidades, as Vilas e Aldeias. -----*

*A todos os Eleitos neste Concelho, os meus votos de que sejam capazes de perpetuar um mandato profícuo. Que 2014 possa ser de boa esperança. -----*

*Esta Assembleia Municipal poderá contar com o meu empenho." -----*

**Pelo Sr. Presidente da Assembleia** foi colocada à votação a discussão dos documentos acima apresentados, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

A bancada do **BE**, apresentou os seguintes documentos: uma Moção sobre "**Orçamento Geral do Estado para 2014**" (doc.nº1) e uma Moção sobre "**Contra a retenção das verbas dos Municípios inscritas no OE 2014**" (doc. nº 2) e um **Voto de Protesto sobre "A não Emissão de Parecer por parte do Conselho Municipal Juventude"** (doc. nº3), que seguidamente se transcrevem -----

**Doc. Nº 1 - Moção Orçamento Geral do Estado para 2014 -----**

*"Portugal é hoje um dos países com maior desigualdade salarial na União Europeia e onde existe uma maior percentagem de trabalhadores pobres ou em risco de pobreza. -----*

*Mais de um milhão e duzentos mil trabalhadores são pobres devido ao trabalho precário e parcial, subemprego e também à desvalorização do próprio salário mínimo nacional, congelado desde 2011, ao mesmo tempo que os produtos de primeira necessidade não parraram de aumentar. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*Não há virtude económica e social nos salários baixos, os quais não garantem aos trabalhadores que os auferem, um rendimento justo nem uma vida em condições de dignidade humana. Não há criação de emprego com salários de miséria. O salário mínimo nacional é bitola com que se pressiona a baixa geral dos salários e não coloca a economia a crescer, apesar de toda a demagogia em torno da questão. Ao invés, a procura interna, motor da economia, poderia respirar, já que um aumento no rendimento dos trabalhadores, teria impacto direto na economia pois seria utilizado uma parte no consumo de bens e serviços e daí resultaria criação de emprego. Impedir o aumento do salário mínimo nacional apenas tem como consequências perpetuar a recessão e o desemprego. -----*

*Ninguém finge que é pobre. Esta acusação esconde o cinismo e a hipocrisia de quem pretende defender a teoria de que temos todos que empobrecer para que o país seja economicamente viável. Os números são estes que desmentem as teorias absurdas: cerca de 66% dos pensionistas (da Segurança Social e CGA) recebem menos de 500 euros; 77% recebem abaixo de 750 euros; apenas 6% dos reformados da segurança social recebem mais de 1000 euros. Dos reformados do sistema público que representam 1/5 do total de pensionistas, apenas perto de 30% recebem acima de 1500 euros. Na verdade, e feitas as contas, a maioria dos reformados e pensionistas nem sequer poderia fingir que é pobre. Não há fingimento possível. Há, isso sim, situações de pobreza que são tão injustas quanto insustentáveis. -----*

*A "equidade" nos sacrifícios, propagandeada pelo governo do PSD/CDS, não existe. No esforço de quase 4 mil milhões de euros, 82% serão cortes na função pública, reformados e pensionistas, educação, saúde e segurança social. Ao invés, apenas 4% serão cobrados à banca, petrolíferas e redes de energia. -----*

*Desde 2012, e apesar do crescimento da pobreza, o subsídio social de inserção foi retirado a mais de 85000 pessoas. Mais de 500 000 desempregados estão sem subsídio de desemprego e mais de sete mil empresas fecharam portas e deixaram na rua os seus trabalhadores. O número de emigrantes atingiu 121 418 pessoas, número superior ao de nascimentos e todos os dias há jovens qualificados que deixam o país. Em nome da austeridade são cortados salários, pensões, reformas e outros subsídios, as manchas de pobreza alastram e as instituições de solidariedade social declaram a sua incapacidade para dar resposta às solicitações que aumentam em cada dia que passa. -----*

*O descontentamento generaliza-se em oposição às decisões do governo do PSD/CDS e ao contrário das afirmações que estes proferem que seria a austeridade a tirar Portugal da crise, a austeridade só empurra o país para a crise cada vez mais agravada. -----*

*Foram destruídos 500 000 postos de trabalho, a emigração encontra-se ao nível dos anos 60 a dívida ascende já a 130% do PIB e os salários, pensões e reformas foram cortadas e reduzidas a níveis que sempre consideraríamos inimagináveis. Ao mesmo tempo, as privatizações expropriam o país de bens públicos e de setores estratégicos para a economia. -----*





Assembleia Municipal de Odivelas

P

X

FR

O ataque à Constituição é a destruição do regime social. A linha de demarcação com a política do governo traça-se entre a austeridade e o estado Social. A escolha coloca-se entre a Constituição e a política da troika de qualquer programa de austeridade permanente. -----

Assim, a assembleia Municipal de Odivelas, reunida a 23 de dezembro de 2013: -----

Apela ao Governo para que aumente o salário mínimo nacional, considerando que esta é uma condição indispensável para criar melhores condições de vida e para o crescimento da economia; -----

Assinala a decisão o Tribunal Constitucional de chumbar, por unanimidade, o corte de 10% nas pensões de aposentação, reforma e invalidez de valor líquido mensal superior a 600 euros; -----

Opõe-se a este Orçamento devido às graves consequências que advirão para os funcionários." -----

#### **Doc. Nº 2 - Moção Contra a retenção das verbas dos Municípios inscritas no OE 2014** -----

"Considerando que: O Orçamento do Estado para 2014, aprovado somente pelos partidos da maioria que suporta o governo, PSD e CDS/PP, prevê o mais baixo valor de transferências para os municípios desde 2005; -----

Em relação a 2013, a redução do Fundo de Equilíbrio Financeiro é superior a 50 milhões de euros e no quadro do IRS a redução é de mais de 17 milhões de euros. A quebra, nos últimos 4 anos, dos valores transferidos do Estado para os municípios é já superior a 40%, como refere a ANMP; -----

A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê ainda a retenção, pelo Estado, de 0,1% do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), revertendo esta para a receita própria da DGAL. Ora, não competindo aos municípios financiar o funcionamento dos organismos da administração central, tal retenção consiste numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático; -----

1. Esta verba, abusivamente retida, representa uma importante quebra de receitas dos municípios com origem no Orçamento de Estado, afetando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal. -----

- a) A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em sessão ordinária no dia 23 de dezembro de 2013: -Manifesta veemente repúdio pelo brutal corte nas transferências do Orçamento de Estado e pela abusiva retenção de verbas dos municípios, incluídos no Orçamento de Estado para 2014, condicionando a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e o equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento. -----Apela à fiscalização preventiva da constitucionalidade do OE 2014 e, caso esta não seja suscitada pelo Presidente da República, à fiscalização sucessiva desta e de outras medidas inscritas neste Orçamento que afetam gravemente não só os municípios, mas as condições de vida do povo português. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
X  
R

**Doc. 3 - Voto de Protesto - A não Emissão de Parecer por parte do Conselho Municipal de Juventude. —**

- “1. O Regimento do Conselho Municipal da Juventude de Odivelas (CMJO) confere-lhe, segundo a alínea a) do artigo 4º do Regulamento, competência para “Colaborar na definição e execução de políticas municipais de juventude, assegurando a sua coordenação e articulação com outras política-setoriais (...)”. O ponto 1 do artigo 7º da Lei 6/2012 estabelece que “Compete aos conselhos municipais da juventude emitir parecer obrigatório sobre (...) [o] Orçamento Municipal, no que respeita às dotações afetas à política de juventude ou políticas sectoriais com aquelas conexas.” -----
2. No âmbito das suas funções – designadamente as definidas pela alínea b) do ponto 3 do artigo 4º do Regimento ainda em vigor –, a Assembleia Municipal de Odivelas discute hoje a proposta orçamental da Câmara Municipal de Odivelas, assim como as Grandes Opções do Plano. Na documentação entregue aos membros desta Assembleia Municipal não consta, pelo segundo ano consecutivo, qualquer parecer do CMJO. Tendo o CMJO sido constituído em 29 de Maio de 2012, significa isto que os órgãos autárquicos de Odivelas nunca tiveram acesso a qualquer parecer do CMJO sobre estas matérias. -----
3. O pedido de pronunciamento individual dos membros do CMJO (através de e-mail) feito pela Senhora Presidente do CMJO não substitui, do ponto de vista legal ou político, a emissão do referido parecer. -----
4. Não obstante a solução de recurso encontrada pela Senhora Presidente do CMJO, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário a 23 de Dezembro de 2013, não pode deixar de assinalar o facto de não ter sido emitido o parecer obrigatório do CMJO, impedindo que, contrariamente ao que é estabelecido pela Lei 6/2012, os membros da Assembleia Municipal de Odivelas conhecessem o seu pronunciamento.”-----

**Tânia Beleza**, pela bancada do **PS**, -----

Pelas **09h55m**, os trabalhos foram interrompidos. -----

Pelas **10h16m**, os trabalhos foram retomados. -----

**José Carlos Pires**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve -----

“Nas últimas semanas assistimos, pacientemente, à impaciência dos (des) governantes deste país à beira-mar plantado e dos seus mandantes, em relação ao que o Tribunal Constitucional (TC) decidiria sobre a chamada convergência das pensões. -----

Pressões e especulações não faltaram, uns diziam que havia plano B, outros que não, não há plano B, não há outra forma que não a de continuar a roubar. -----

Finalmente, na passada quinta-feira, ficaram todos a saber, que mais uma vez o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional mais um diploma do Governo PSD/CDS-PP. Desta vez foi o da denominada



Assembleia Municipal de Odivelas

C

X

R

*convergência do regime de pensões da função pública com o regime geral da segurança social, nos seus artigos relativos aos cortes em 10% nas pensões de aposentação, reforma, invalidez e sobrevivência, bem como nas alterações na taxa de formação da pensão. -----*

*Esta decisão do TC vem confirmar a justeza das lutas que têm sido travadas por milhares de cidadãos e dar ânimo para continuar as lutas nestas e em tantas outras esferas da vida política portuguesa. -----*

*Esta decisão do TC vem confirmar que valeu e vale a pena resistir e lutar contra estas medidas dirigidas aos trabalhadores e reformados da Administração Pública, dá mais força à luta contra todas as medidas que estão a fazer retroceder direitos de proteção social na velhice e a impor uma brutal redução das condições de vida dos atuais reformados, tanto do sector público como do sector privado. -----*

*Desde a apresentação do diploma relativo à (falsa) convergência dos regimes de proteção social dos sectores público e privado, que a CDU e o PCP se opuseram à natureza das alterações legislativas que preconizava e que consubstanciava, de forma mais visível e gritante, o roubo de 10% das pensões futuras e das pensões em pagamento no âmbito da Administração Pública. -----*

*O atual Governo PSD/CDS-PP dava assim corpo a uma violação grosseira do contrato firmado entre o Estado e os seus trabalhadores, agora reformados, traindo a relação de segurança e confiança que nele fora depositado. Tratava-se de impor cortes inaceitáveis e com efeitos retroativos para quem, ao longo de uma vida de trabalho, descontou para a Caixa Geral de Aposentações tendo por base o seu salário e tendo como garantia o direito a uma pensão digna. -----*

*Sendo uma importante vitória a declaração de inconstitucionalidade, agora anunciada pelo Tribunal Constitucional, importa assumir o caminho da luta como condição indispensável e insubstituível para derrotar os objetivos de convergência dos regimes de pensões que falsamente preconizam a ideia de "equidade" entre trabalhadores dos sectores público e privado, quando na verdade este Governo prossegue uma ofensiva iniciada pelo anterior governo do PS assente numa harmonização no retrocesso e de nivelamento "por baixo", nos direitos de proteção social, designadamente na velhice para os trabalhadores dos sectores público e privado. -----*

*Está derrotado o objetivo pretendido pelo atual governo de impor uma redução de 10% nas pensões para os atuais e futuros reformados. Mas é preciso dar continuidade à luta para derrotar uma política que aposta na redução dos valores das reformas e pensões, no presente e no futuro (usando o pretexto da redução do défice ou da defesa da sustentabilidade financeira da Caixa Geral de Aposentações e do Sistema Público de Segurança Social). -----*

*É preciso dar continuidade à luta contra a destruição das funções sociais do Estado, o ataque aos salários (no sector público como no privado) e a destruição da relação existente entre os descontos para a segurança social e o direito a uma pensão digna para os atuais e futuros reformados, dos sectores público e privado. É preciso continuar a luta pela revalorização dos salários e das reformas derrotando uma "harmonização" no empobrecimento do conjunto dos trabalhadores e reformados. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*Quase em paralelo com o chumbo do TC, o Tribunal de Contas destaca, na Conta Geral do Estado de 2012 a "omissão de 1045 milhões de euros, por benefícios atribuídos a SGPS (sociedade gestoras de participações sociais) ", modelo de organização usado por grupos económicos.-----*

*O Fisco dá uma explicação "esfarrapada" a tentar explicar e inexplicável, sem responder seriamente ao alerta do Tribunal de Contas para a excessiva concentração dos benefícios fiscais em poucas empresas e entidades públicas. Revela o Tribunal de Contas que considerando os cinco principais tipos de benefício em sede de IRC, que correspondem a mais de 60% de toda a despesa fiscal, quase metade (48,2%) está concentrada nos dez maiores beneficiários que deixaram de pagar 132 milhões de euros. O grau de concentração cresceu em relação a 2011, ano em que as dez principais beneficiárias absorveram 44% destes benefícios. -----*

*Os benefícios fiscais concedidos às empresas em 2012, e relativos ao ano de 2011, cresceram 91 milhões de euros. Em sentido inverso evoluiu a despesa com os benefícios fiscais dos contribuintes individuais, em sede de IRS, que baixou 106 milhões de euros em 2012. -----*

*O Tribunal de Contas sublinha ainda que entre 2010 e 2012, os benefícios fiscais às empresas aumentaram 157 milhões de euros e o número de empresas, de grandes empresas reduziu substancialmente. No mesmo período, os benefícios aos particulares caíram 130 milhões de euros. -----*

*Por coincidência, ou não, estes números são conhecidos quase ao mesmo tempo em que PS e PSD chegam a acordo para a reforma do IRC que baixa levemente a taxa de imposto com maior efeito nas pequenas empresas. O PS embandeira em arco com o acordo alcançado. -----*

*Pouco, muito pouco para inverter a situação desastrosa em que o país se abisma. -----*

*Pouco, muito pouco para deixar de beneficiar o grande capital. São migalhas para as pequenas e médias empresas, sobretudo, não faz sentido discutir o IRC, sem discutir todo o sistema fiscal, a pedra de toque dos regimes. -----*

*As declarações proferidas pelo Primeiro-Ministro Passos Coelho, confirmando a intenção do Governo de prosseguir a mesma política, com as consequências de afundamento nacional e agravamento da exploração e das desigualdades que são conhecidas, penalizando os mesmos do costume – trabalhadores, jovens e reformados –, confirmam a necessidade de prosseguir e reforçar a luta pela demissão do Governo, um Governo que está fora da lei, e coloca a cada um de nós, cada vez com mais urgência e necessidade a sua demissão e a convocação de eleições antecipadas, como condição de construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda ao serviço do povo e do país."-----*

*João Curvêlo, pela bancada do BE, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----*

*"Em primeiro lugar nós continuamos à espera da distribuição dos documentos se eles existirem. -----*

*Em segundo lugar queremos apresentar algumas alterações aos documentos que apresentámos. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
J  
R.

No doc. 1 é uma proposta apresentada pela bancada do PS, aceitamos parcialmente retirando no último parágrafo da página dois. No parágrafo que começa com o ataque à Constituição, retiramos "a linha de separação traça-se entre o futuro e a dívida e passas a "escolha coloca-se entre a Constituição e a política da troika de qualquer programa de austeridade permanente. -----  
No mesmo documento há um pequeno erro no ponto 1 onde se lê "está" passa a "esta". -----

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Todos sabemos que Portugal atravessa dificuldades e que isso se traduz na redução de verbas para as autarquias, não só por esse facto mas também por via da nova Lei de Finanças Locais.-----

Mesmo assim e pela explicação que nos é dada, estas Grandes Opções do Plano e Orçamento e Orçamento associado para 2014, permitem reduzir o IMI, vão permitir pagar atempadamente aos fornecedores, continuar com investimentos importantes e continuar a honrar compromissos anteriores. -----

Todo este desenvolvimento é feito com um Governo do PSD/CDS, o que prova que mesmo assim há verbas suficientes para as autarquias. -----

É evidente que há menos dinheiro e assim sendo também o executivo transfere menos dinheiro para as freguesias e assim podemos concluir que há uma analogia entre o OE do governo para 2014 e as GOPS em Odivelas para 2014, que vamos hoje votar. -----

Previsivelmente e segundo a ordem lógica das coisas o PS poderá chegar ao poder nas próximas eleições para a assembleia da república que se irão realizar em 2015. -----

Quando chegar essa altura e se o PS ganhar as eleições, qual será a sua decisão no que diz respeito à transferência de verbas para as autarquias? -----

Vai aumentar as mesmas? -----

Estamos com curiosidade para ver o que irá acontecer se e quando o PS chegar ao poder." -----

**João António**, pela bancada do **PS**, -----

**João Curvêlo**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Ainda não recebemos nenhuma resposta sobre a razão pela qual não há nenhum parecer. -----

A intervenção do João António, não percebi, porque vai votar contra a bancada do PS, quando concorda com o documento. -----

É o segundo ano consecutivo que isto acontece o CMJO, nunca deu um parecer sobre esta matéria, a única competência que o CMJO tem para com os órgãos autárquicos, não o conseguiu cumprir. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

*Nós esvaziámos de conteúdo político e de considerações políticas o que tinhas a dizer sobre isto, fizemo-lo porque queremos que nenhum deputado municipal, incluindo as bancadas do PSD e do PS que integram o executivo da Câmara poderá votar contra o impedimento desta assembleia conhecer um documento que é obrigatório por lei, se o PS nem assim acompanha, lamentamos.* -----

*Queria também dizer que independentemente da boa-fé a Sr.ª Presidente do Conselho Municipal da juventude que é a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, pediu esse pronunciamento com um dia útil de antecedência, pode haver muito boa-fé, agora se me disserem que a Sr.ª Presidente não sabia se havia de convocar o anterior ou o atual, continua a ser um dia útil, ou seja, das duas uma, ou não quis convocar ou quando pediu o pronunciamento individual, dos conselheiros do Conselho Municipal de Juventude, digamos que o fez um bocadinho tarde demais e é natural que por isso não hajam respostas.”* -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

**João Curvêlo**, pela bancada do **BE**, fez um pedido de esclarecimento, que seguidamente se transcreve: ---  
“Gostaria de saber se já há novidades por parte da mesa da Assembleia em relação ao não cumprimento de prazos na resposta a requerimentos do BE já neste mandato.” -----

**João António**, pela bancada do **PS**, -----

**Susana Santos**, pela bancada do **PS**, -----

**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Não podemos sistematicamente dizer que queremos a democracia e depois sistematicamente não a concretizar através de atos, esta é uma prática da Câmara Municipal, ou não convoca os órgãos, ou em cima da hora convoca, o que vai dar ao mesmo, inviabilizando o pronunciamento dos órgãos. -----  
Gostava ainda de reiterar um pedido que a bancada da CDU fez na reunião anterior referente à apólice de seguro dos senhores deputados municipais e gostaríamos de saber se na próxima assembleia já vamos ter conhecimento e das propostas que estão em negociações para substituição dos seguros de acidentes pessoais, não do outro seguro, pelos vistos inseguro.” -----

**João Curvêlo**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*"A proposta de alteração do PSD não a acatamos porque não quero que os documentos sejam suavizados, gostamos que os nossos documentos tenham algum conteúdo e mantemos o que está escrito".-----*

**A Moção sobre o Orçamento Geral do Estado para 2014**, foi colocada à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor do BE, PS e CDU, votos contra do PSD e com a abstenção do CDS -----

**A Moção Contra a retenção das verbas dos Municípios inscritas no OE 2014**, foi colocada à votação tendo sido **Aprovada por Maioria**, com os votos a favor do BE, CDU e PS e com as abstenções do PSD e CDS. -----

**O Voto de Protesto sobre a "A não Emissão de Parecer por parte do Conselho Municipal de Juventude"** foi colocado à votação tendo sido **Rejeitado por Maioria**, com os votos a favor do BE, CDU e CDS, com os votos contra da bancada do PS e a abstenção da bancadas do PSD -----

Pelos Membros da Assembleia, **João António**, pela bancada do **PS**, e **João Curvêlo**, pela bancada do **BE** foram apresentadas declarações de voto, que seguidamente se transcrevem:-----

**João António** - *"Tendo em conta a eleição dos órgãos desta autarquia a 29 de setembro do presente ano e sabendo que não foi possível em tempo útil convocar o conselho municipal de Juventude de Odivelas, registamos com agrado e como prova de boa-fé do encontro da Câmara Municipal o envio por parte da Sr.ª Presidente de um email para as instituições que compõem o CMJO a solicitar propostas para o orçamento municipal para o ano de 2014. -----*

*Apesar de este email ter sido enviado sabemos que o mesmo não se substitui à lei 6/2012 nem ao respetivo parecer. -----*

*Sabemos que a Câmara Municipal de Odivelas fará certamente ao longo do ano uma ou mais revisões orçamentais e proponho por isso à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, que agora em tempo oportuno possa reunir a CMJO e incluir no seu orçamento para 2014 alguma proposta considerada válida que daí possa surgir. -----*

*Apesar de concordar com a lei 6/2012 e considerar que a CMJO é um órgão de extrema importância estratégica para o município votamos contra este voto de protesto por considerar que ainda há possibilidade de juntar esse parecer obrigatório não vinculativo ao orçamento municipal para 2014 por via da próxima revisão orçamental, proposta esta que foi acolhida com agrado pela Sr.ª Presidente da CMO/CMJO." -----*

**João Curvêlo**- *"A Assembleia Municipal de Odivelas votará hoje o Orçamento Municipal para 2014, assim como as Grandes Opções do Plano, sem que se conheça o pronunciamento do Conselho Municipal da*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten initials and signature)*

Juventude de Odivelas (CMJO). A emissão do parecer do CMJO, segundo a Lei 6/2012, é de carácter obrigatório. Por essa razão, a bancada do Bloco de Esquerda deixa em primeiro lugar uma mensagem de solidariedade aos membros do Conselho Municipal da Juventude que, independentemente do seu posicionamento político, não puderam discutir e aprovar o referido parecer. -----

O parecer do CMJO não foi emitido porque o Conselho Municipal da Juventude não foi convocado, nos termos Regimentais, pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas. Situação idêntica tinha acontecido há exatamente um ano. Ou seja, tendo sido este órgão consultivo criado em 2012, nunca houve qualquer pronunciamento sobre estas matérias. Isto significa que a Câmara Municipal de Odivelas, por desinteresse ou incompetência, nunca consultou, para efeitos de elaboração do Orçamento, o órgão que representa as associações juvenis do concelho. Só podemos lamentar que assim tenha acontecido. -----

A solução de recurso encontrada pela Presidente do CMJO – enviar um e-mail aos membros do Conselho pedindo um pronunciamento individual – não substitui, do ponto de vista legal ou político, a emissão do parecer. Para além disso, o pedido foi feito com um dia útil de antecedência, inviabilizando que os membros do CMJO tivessem oportunidade de tomar uma posição refletida sobre o assunto. A prova do completo falhanço deste procedimento é o facto de a Câmara Municipal não ter recebido nenhuma resposta. Nem das associações, nem das juventudes partidárias dos partidos que suportam o executivo municipal. -----

Por todas estas razões, e porque levamos a sério a participação e envolvimento dos vários setores na feitura de um documento tão importante como o Orçamento Municipal, o Bloco de Esquerda não poderia deixar de apresentar um Voto de Protesto na Assembleia Municipal de Odivelas. A coerência com as ideias que defendemos e o respeito pelos princípios democráticos, só nos poderiam levar a votar favoravelmente. Informamos ainda que daremos conhecimento desta situação às entidades competentes. -----

O Voto de Protesto foi rejeitado, com o voto contrário da bancada do PS e a abstenção da bancada do PSD. Durante todo o debate, não foi apresentado qualquer argumento que justificasse este chumbo. Assim, ficou claro que as bancadas do PS e PSD estão mais preocupadas em defender o executivo que suportam do que em fazer cumprir a Lei e dinamizar uma política de juventude alicerçada no diálogo com os jovens e as suas organizações. Quando se tem a demagogia sobre a participação dos jovens na ponta da língua, é imprescindível ser o primeiro a dar o exemplo. Hoje, os órgãos municipais do concelho de Odivelas deram um mau exemplo.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

Após este período, o Sr. Presidente da Assembleia deu início à discussão do Ponto integrado na Ordem do Dia. -----





Assembleia Municipal de Odivelas

C

Handwritten signature

Handwritten signature

**Ponto 1 – Informação Escrita sobre a Atividade e situação Financeira do Município.** -----

Presente para apreciação a “Informação Escrita sobre a Atividade e situação Financeira do Município”, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com alterações introduzidas pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião -----

O **Senhor Presidente** deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto. -----

Dado o adiantado da hora o Senhor Presidente suspendeu a apreciação do Ponto 1 passando-se à discussão do Ponto 2 -----

**Ponto 2 – Proposta de Orçamento e Gop's para 2014.** -----

Presente para deliberação, a Proposta de Orçamento e GOP'S para o Ano de 2014, de acordo com a informação nº interno/2013/10898, de 2013.12.10 e aprovado na 4ª Reunião Extraordinária do Quadriénio 2013-2017, da Câmara Municipal de Odivelas de 2013, realizada a 13 de Dezembro de 2013 e remetidas pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----

Pelo **Senhor Presidente** foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto, tendo sido a mesma feita em sistema de Power Point. -----

O Ponto foi colocado à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

**António de Sousa**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signature and initials)*

*"O preâmbulo do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014 – o primeiro do novo mandando autárquico – principia com uma citação de Mia Couto, autor que naturalmente apreciamos. Esta intervenção também será iniciada com uma citação, uma citação de Padre António Vieira: "Nós somos o que fazemos, o que não se faz não existe". -----*

*Em 2014, teremos em Odivelas uma paralisação da atividade municipal! -----*

*A Bancada da CDU, conhece bem os fortes constrangimentos a que as autarquias estão sujeitas, o quadro preocupante para os próximos anos, conhece o espartilho imposto às autarquias pelo Governo PSD/CDS-PP, através de absurdas restrições orçamentais, pela imposição da lei dos compromissos, etc. Sabe que o Orçamento da Câmara terá menos 2 milhões de euros resultantes do Orçamento do Estado para 2014. No entanto, não nos deixemos iludir, a contração orçamental prevista para 2014 resulta também, em larga medida, das opções políticas erradas seguidas nos mandatos anteriores pela maioria PS/PSD nesta autarquia. -----*

*Porque seria fundamental ultrapassar conformismos e condicionalismos em busca da melhoria da qualidade de vida das populações, precisaríamos no Concelho, de um outro Orçamento, um Orçamento elaborado com excecional rigor e imaginação, onde a contenção da despesa não fosse sinónimo de estagnação ou de, uma vez mais, adiamento da implementação de políticas estratégicas mobilizadoras que assegurem futuro para o Concelho no contexto da Área Metropolitana de Lisboa. -----*

*As Grandes Opções do Plano não revelam novas linhas de ação, dignas de registo, em nenhuma das importantes áreas municipais, seja em matéria de ação social, de desenvolvimento económico local, educação, habitação, urbanismo... limitaram-se a transpor para as políticas municipais os princípios de austeridade que, neste momento, são o vetor fundamental das próprias políticas nacionais, continuando, no essencial, a aplicar fórmulas estreitas e gastas e a enveredar pelas opções políticas erradas provindas dos mandatos anteriores. -----*

*Também, sejamos claros, não estávamos propriamente a contar com grandes "surpresas". Era expectável que a atual maioria que, nos últimos anos, manteve sempre uma orientação muito assente em modelos de privatização, na qual o Município se demite invariavelmente das suas responsabilidades públicas, tivesse agora um "remoque" de consciência e invertesse o caminho traçado. -----*

*Vale talvez a pena rememorar algumas das orientações estratégicas desenvolvidas no passado. -----*

*Observemos primeiro algumas matérias ligadas ao ordenamento do território e sua política. Desde logo ressalta a prolongada demora na aprovação de um novo PDM. Contudo, mesmo na ausência desse instrumento estratégico proliferaram os loteamentos e as novas urbanizações muito para além do que a elasticidade da procura consentia. -----*

*As mutações que tal política induziu nalgumas áreas centrais e em particular na zona histórica e na Freguesia de Odivelas, desvalorizando-as, degradando-as e retirando-lhes a sua centralidade, com o rol de*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*problemas sociais que tal implica, ainda hoje se fazem sentir. Se não se tomarem medidas retificativas os problemas dessas áreas terão tendência a agravar-se. -----*

*Esperar-se-ia que em 2014 se iniciasse um processo tendente a inverter o rumo e a harmonizar tais zonas com a globalidade do território concelhio, mas na realidade nada se pode observar nas opções definidas pela atual maioria. -----*

*A maioria PS/PSD não deu ouvidos aos alertas que desta bancada foram repetidamente feitos no sentido de ser adotada uma política de maior contenção urbanística. Pior que isso: a maioria foi incapaz de prever ou sequer aceitar a crise que se aproximava no sector da construção e imobiliário. -----*

*Assim sendo, manteve os seus vetores estratégicos com o pressuposto que tal crise não chegaria nunca. Foi nesse delírio, já então completamente fora das realidades, que foram programados e apresentados como soluções milagrosas projetos como o do O'TECH. -----*

*Em projetos como esse, sempre os privados ficavam com um papel determinante em detrimento da capacidade operativa do município, nomeadamente pela alienação de solos do domínio público. Era assim que nas Granjas se passavam para o domínio privado oito hectares de terrenos municipais. -----*

*Aos responsáveis políticos cabe fazer análises cuidadosas dos problemas. -----*

*Não basta falar milhares de vezes em sustentabilidade para que esta se verifique. -----*

*E, o que aconteceu, foi que as políticas desenvolvidas tinham "pés de barro" e como tal não deram em nada! Aquilo que era apresentado como a solução é hoje uma fábrica em ruínas e terrenos baldios e poluídos. -----*

*Como nas GOP, a maioria PS/PSD não apresenta rigorosamente nada sobre o tema, presume-se que o terão "deixado cair", o que equivale ao reconhecimento tácito de um clamoroso erro de estratégia de ordenamento do território. -----*

*E por falar em ordenamento do território cabe salientar a extrema pobreza das GOP no que a ele diz respeito. -----*

*E não vale a pena argumentarem com o facto de finalmente se ir discutir e aprovar novo PDM porque ao fazerem-no estão exatamente a reconhecer a importância da sua inexistência durante todos estes anos. ---*

*Observemos agora as implicações das opções tomadas na área dos chamados grandes projetos. -----*

*Duas obras marcaram o mandato passado e são por vezes apresentadas como emblemáticas. -----*

*-Referimo-nos ao Pavilhão Multiusos e à Escola dos Apréstimos. -----*

*Essas duas obras representam um custo no orçamento presente de cerca de dois milhões de euros! Se nada se fizer este custo continuará a pesar anualmente nos orçamentos municipais à taxa de +2% a cada ano que passa. -----*

*Uma vez mais a maioria decidiu suportar estes empreendimentos na parceria estratégica com os privados. Constituiu então a já famosa, pelos piores motivos diga-se, PPP (Parceria Público/privada). O modelo encontrado dificilmente poderia ter sido mais desastroso e prejudicial aos interesses municipais. O*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*empolamento de preços que foi permitido ao privado resultou na multiplicação dos custos previstos para o pavilhão por 1,6. -----*

*O empolamento de preços que foi permitido na escola resultou na multiplicação dos custos por 2,1. Estas discrepâncias implicaram um desvio de cerca de oito milhões de euros em relação aos custos estimados.*

*De acordo com o modelo por que optou a CMO acabará com encargos globais nessas duas obras de cerca de 64 milhões de euros! -----*

*E no entanto estavam ao alcance alternativas que então a CDU apresentou. -----*

*Infelizmente a maioria que governa o Concelho tem uma atração compulsiva pelos negócios com os privados. -----*

*Pelas contas que então fizemos e que acreditamos serem válidas, a opção por uma contratualização diferente dos dois empreendimentos teria permitido poupar cerca de vinte milhões de euros. Isso significaria passar para aproximadamente metade dos atuais encargos anuais. -----*

*Vem a propósito lembrar que, a respeito de tal ruinoso negócio, nada se adianta parecendo assim que a maioria PS/PSD não equaciona sequer a hipótese de avançar para uma renegociação de tal parceria. -----*

*A renegociação da PPP é não só necessária como justa! -----*

*Necessária porque como se pode observar constitui um encargo demasiado pesado para o contexto em que se vive. -----*

*Justa porque não é aceitável que nesta PPP como nas outras feitas pelo País fora os grupos de grandes interesses estivessem e continuem a estar ao abrigo de qualquer austeridade, austeridade essa que dia a dia aumenta e recai sobre os mesmos de sempre. -----*

*Se a atual maioria não desistir do seu modelo privatizador ficará para a história de Odivelas como responsável por ter provocado a inviabilização da nova realidade concelhia que se deveria já ter imposto no contexto da Área Metropolitana. -----*

*Importa que esta maioria entenda que este Concelho não ganhará força nem peso nesse contexto metropolitano, se, se alienarem áreas estratégicas da política autárquica para o domínio privado. Se por esse caminho se continuar, o tempo e as dinâmicas dos territórios e das suas sociedades encarregar-se-ão de demonstrar o erro em que se caiu. -----*

*Por fim, cabe aqui responsabilmente reafirmar, uma vez mais, a nossa total oposição ao modelo privatizador da água e resíduos urbanos que a atual maioria pretende levar por diante. -----*

*Odivelas não pode continuar a ser um Concelho adiado! -----*

*Disse".-----*

**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
J  
D.

*"Em primeiro lugar e apesar de algumas explicações dadas não entendemos o atraso verificado na apresentação das GOPS e do Orçamento, até porque o executivo tomou posse um pouco mais rápido do que muitos outros municípios (18 de Outubro) com o argumento de que seria necessário apresentar atempadamente estes documentos que vamos hoje votar. -----*

*Esperamos ao menos que este atraso se tivesse devido a uma ampla discussão entre quem manda, a senhora presidente, e os senhores vereadores com pelouros, relativamente às opções de gestão e se assim foi, temos já parte da explicação. -----*

*As Grande Opções do Plano são documentos eminentemente políticos e devem refletir a vontade da maioria, o Orçamento pelo contrário deverá ser e é um documento técnico que reflete o que está plasmado nas Grandes Opções. -----*

*Se as GOPS fossem por hipótese um documento técnico teríamos os técnicos a condicionar as opções políticas e nesse caso não seria necessário fazer uma análise política do documento, o que pensamos não ser o caso. -----*

*Por outro lado também é verdade que sendo a maioria da despesa, despesa corrente, a maior parte das opções está condicionada às verbas disponíveis. -----*

*É evidente que este Orçamento é um pouco mais pequeno do que os anteriores, repõe um pouco mais de verdade no que são as verbas previsivelmente arrecadadas, e com isso dá-se um sinal ao Tribunal de Contas e á sua recomendação no sentido da despesa aproximar-se o mais possível à receita. -----*

*Como a senhora presidente sabe essa recomendação foi feita tanto à Câmara como à Assembleia Municipal. -----*

*Mas a verdade é que o Orçamento continua a estar inflacionado resultado da inscrição da verba de 18 milhões de euros resultantes daquilo que se entende que deverá ser o ressarcimento por parte do município relativamente à sua instalação, verba essa que já esteve em Orçamento há uns anos, que foi retirada, e que voltou a estar há uns anos a esta parte. -----*

*Todos sabemos que dificilmente essa verba será reposta por qualquer governo seja do PS seja do PSD, mas aprecio este ato de fé que até dá algum jeito na elaboração do Orçamento. -----*

*Ou seja, sabemos à partida que, mesmo por hipótese absurda o grau de execução fosse muito elevado e se aproximasse da verba orçamentada nunca poderia ultrapassar os 80%, porque, como já dissemos anteriormente cerca de 20% do lado da receita é relativo aos mencionados 18 milhões de euros. -----*

*É claro que na prática se o grau de execução for de cerca de 70% consideramos que é muito bom, mas mesmo assim temos dúvidas. -----*

*Sabemos que os orçamentos quando são feitos têm de ter uma certa margem para dar alguma flexibilidade á sua execução. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
J  
S.

*Mas, para lá das opções que podem e devem ser discutidas, a realidade é que descontando os 18 milhões que anteriormente mencionámos e receita prevista, descontando também alguma boa vontade nalgumas rubricas não andarão longe dos 60 milhões de euros. -----*

*Mas a verdade é que o que realmente interessa é a perceção que cada um tem da realidade e essa perceção é partilhada com a população. -----*

*E a verdade, pelo menos no que diz respeito à câmara é que as pessoas entenderam dar uma maioria à Dra. Susana Amador e por arrastamento o PS. -----*

*Mas essa maioria não foi extensível aos outros órgãos com exceção da União de Freguesias Póvoa de Santo Adrião/Olival Basto, se bem que aí a "culpa" seja do Governo que construiu uma série de equipamentos entre os quais o centro de saúde e a esquadra de trânsito da PSP, que o meu amigo Rogério Breia aproveitou e bem. -----*

*A maioria da Dra. Susana Amador no executivo sendo um desafio é uma responsabilidade acrescida. Como são todas as maiorias, aliás. -----*

*Por outro lado, acreditamos que todos os vereadores, com pelouros bem entendido, estão envolvidos na elaboração das GOPS, porque se assim não fosse a responsabilidade não seria nem poderia ser certamente tão partilhada, e aproximar-se-ia muito à autorização genérica que a Assembleia Municipal dá ao executivo. -----*

*Penso não ser esse o caso e por isso vamos votar a favor." -----*

**Edgar Valles, pela bancada do PS, -----**

**José Maria Pignatelli, pela bancada do CDS; apresentou 3 Requerimentos à Mesa que seguidamente se transcrevem: -----**

**"1 – Pagamentos à Empresa Público-Privada Odivelas Viva -----**

*Tendo presente quer o disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais – atendendo à proposta para o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014, bem como às preocupações que se refletem do documento, bem como ao facto da Câmara Municipal de Odivelas ser a acionista maioritária desta empresa público-privada que, há precisamente um ano, se via reduzida de 470.000 euros do seu capital social e que obrigou ainda ao pagamento de mais de 160.000 euros de juros de mora – serve o presente para suscitar a V- Exa., Sr.: Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, que me sejam respondidas as seguintes questões: -----*

*I – Qual o valor do orçamento inicial e o custo final real das duas construções, a Escola EB – JI dos Apréstimos e o Pavilhão "Multiusos", que concretizaram a empresa PPP Odivelas Viva. -----*

*II – Quais os montantes já pagos, à data, à empresa público privada (PPP) Odivelas Viva, decorrentes dos compromissos assumidos com a sua constituição e concluídas as duas construções? -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
X  
D

III – Quais os valores a pagar em definitivo, resultantes desta parceria público-privada e por quantos anos mais? -----

IV – Qual o valor global da dívida à Caixa Geral de Depósitos? -----

Mais suscito ao Sr. Presidente da Mesa dessa Assembleia Municipal me sejam fornecidas cópias dos mapas atualizadas com as previsões dos pagamentos prestacionais da Câmara Municipal àquela empresa. -

## **2 - Situação financeira da Câmara Municipal de Odivelas -----**

Tendo presente que o disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais – atendendo à informação escrita da atividade e situação financeira da Câmara Municipal de Odivelas – serve o presente para suscitar a V- Exa., Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, que me sejam respondidas as seguintes questões. ---

I – Montante global da dívida da Câmara Municipal de Odivelas, no final do terceiro trimestre do corrente ano de 2013? -----

II – Valor global da dívida do Município a fornecedores, em igual período? -----

III – Valor global da dívida do Município à banca e respetivos encargos, também no mesmo período? -----

IV – Montantes das dívidas globais a curto e médio prazo, discriminadas entre fornecedores, banca e empresa público privada Odivelas Viva? -----

V – Importâncias totais liquidadas até ao término do 3º trimestre deste ano de 2013, a fornecedores, banca e empresa Odivelas Viva, bem como respetivos juros? -----

VI – Importâncias previstas liquidar até ao final deste ano de 2013? -----

## **3 – Frota Automóvel da Câmara Municipal de Odivelas, Vereadores, Dirigentes Municipais e outros Eleitos. -----**

Tendo presente que o disposto no artº 4º e ademais articulado, plasmados no estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais – atendendo à informação escrita da atividade e situação financeira da Câmara Municipal de Odivelas – serve o presente para suscitar a V- Exa., Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, que me sejam respondidas as seguintes questões. ---

I – A relação e caracterização das viaturas municipais ao serviço exclusivo dos vereadores, dos quadros dirigentes desta Câmara Municipal e de outros eleitos a quem se atribuiu viaturas municipais? -----

II – O número de quilómetros das viaturas acima mencionadas até 31 de Outubro de 2013? -----

III – O valor dos gastos em combustível e manutenção das viaturas acima referidas entre Janeiro de 2012 e 31 de Outubro deste ano de 2013, discriminadas mensalmente ou trimestralmente? -----

IV – A resposta deve incluir as três viaturas com contratos de AOV em 11 de Novembro, com a empresa Locarent.”-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve -----

*"A proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014 que hoje é apresentada a esta Assembleia é o reflexo da gestão que o PS/PSD têm feito neste município. -----  
É um orçamento, no que respeita a 2014, de costas voltadas para o desenvolvimento do Concelho e amarrado ao passado, porque se assumiram encargos para os quais não havia disponibilidade financeira. --  
As Grandes Opções do Plano demonstram que os maiores investimentos ficam adiados, talvez lá mais para o final do mandato, como convém, incluindo na área da Educação, sempre apresentada como prioritária. ----  
Estes dois documentos estão intrinsecamente ligados. Só é possível concretizar as opções se houver receitas. Ora, o orçamento está desfasado da realidade, empolado e desajustado. No fundo, orçamenta-se para não se cumprir. -----"*

*Também na área da educação o orçamento e as GOP's limitaram-se a transpor para a ação municipal os princípios de austeridade que a nível nacional o ministério da educação aplica nesta área, sem qualquer inovação, imaginação e sem promover o desenvolvimento. As opções financeiras tomadas aprofundam a desigualdade entre alunos na oferta do Parque Escolar nas diversas freguesias do Concelho. -----  
Vejamos: -----*

*Ao nível da construção e beneficiação de equipamentos escolares regista-se a redução de verbas na ordem dos 400 mil euros relativamente a 2013 e deste valor apenas cerca de 375 mil euros são referentes a 2014, os restantes são relativos a 2010, 2011, 2012, e 2013. -----*

*Também se regista que quanto ao Jardim de Infância Álvaro de Campos ou quanto à Escola Mário Madeira, nada é referido. Foram esquecidos. Estas promessas do PS em 2009 já foram para a gaveta? Recordamos que no início deste ano letivo, 2013/2014, foi prometido pela Sr.ª Vereadora da educação a construção de um Telheiro na escola Mário Madeira, aquando da movimentação dos pais desta escola, tendo afirmado publicamente que iriam dar corpo a um projeto e que seria instalado no início do ano letivo. O ano letivo começou e o primeiro período já acabou e o telheiro? Onde está? -----*

*A verdade é que em 2014, logo no início de mandato, vão cair investimentos fundamentais na construção de novas escolas que foram promessas eleitorais do PS e que estiveram incluídas na Carta Escolar. -----  
Para o apetrechamento das escolas básicas e jardim-de-infância do valor global de cerca de 37 mil euros só 22 mil são referentes a 2014, o restante é relativo a 2013. -----*

*Quanto às atividades de Enriquecimento Curricular as verbas previstas para este ano são de 800 mil euros. No ano passado foi previsto 1 milhão e 400 mil euros. Afinal que alunos vão ficar privados das AEC's e de quais? -----*

*Quanto aos refeitórios escolares há uma redução substancial de verba, pois o valor previsto para este ano é de um milhão e 140 mil euros, o ano passado era de 2 milhões e 500 mil euros. O mesmo acontece nos projetos sócio – pedagógicos com um valor previsto para 2014 de 85 mil euros. Não há novos projetos e*





Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*desaparecem projetos, tais como: Ciências do quotidiano, expressões artísticas, o centro de recursos e animação pedagógica, projetamos cidadania global, a escola de profissões, etc..* -----

*Na educação para adultos/universidade sénior a CMO deixa de participar? É o que parece resultar das GOP's apresentadas.* -----

*O valor total para a Ação Social Escolar também é reduzido, nomeadamente nas rubricas transportes escolares, manuais escolares e auxílios económicos.* -----

*Ora, perante estas grandes opções dos planos é caso para perguntarmos: para a educação em 2014 que oportunidades?* -----

*Por tudo o que fica dito, não nos revemos neste orçamento, nem nestas Grandes Opções do Plano."* -----

**António Ramos**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em **declaração de voto**; -----

**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em **declaração de voto**; -----

**Eduarda Barros**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em **declaração de voto** -----

-----  
**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*"Todos sabemos que Portugal atravessa dificuldades e que isso se traduz na redução de verbas para as autarquias, não só por esse facto mas também por via da nova Lei de Finanças Locais.* -----

*Mesmo assim e pela explicação que nos é dada, estas Grandes Opções do Plano e Orçamento e Orçamento associado para 2014, permitem reduzir o IMI, vão permitir pagar atempadamente aos fornecedores, continuar com investimentos importantes e continuar a honrar compromissos anteriores.*

*Todo este desenvolvimento é feito com um Governo do PSD/CDS, o que prova que mesmo assim há verbas suficientes para as autarquias.* -----

*É evidente que há menos dinheiro e assim sendo também o executivo transfere menos dinheiro para as freguesias e assim podemos concluir que há uma analogia entre o OE do governo para 2014 e as GOPS em Odivelas para 2014, que vamos hoje votar.* -----

*Previsivelmente e segundo a ordem lógica das coisas o PS poderá chegar ao poder nas próximas eleições para a assembleia da república que se irão realizar em 2015.* -----

*Quando chegar essa altura e se o PS ganhar as eleições, qual será a sua decisão no que diz respeito à transferência de verbas para as autarquias?* -----

*Vai aumentar as mesmas?* -----

*Estamos com curiosidade para ver o que irá acontecer se e quando o PS chegar ao poder."* -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

-----  
**António Ramos, pela bancada do PS,** -----

-----  
Pelo Senhor Presidente, foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes. -----  
-----

-----  
Após este período, o documento foi colocado à votação, tendo o mesmo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a **favor** das bancadas do **PS e PSD**, votos **contra** das bancadas da **CDU e BE** e com as **abstenções** da bancada do **CDS** -----

-----  
Pelos Membros da Assembleia Municipal, **António Ramos, Eduarda Barros, Armindo Fernandes e Luís Santos**, pelas bancadas do **PS, CDU e BE**, respetivamente, foram proferidas **declarações de voto**, que seguidamente se transcrevem: -----

-----  
**António Ramos –** -----

*"O Orçamento e Grandes Opções do Plano que nos são apresentados para o ano de 2014, sendo no caso do Orçamento de valor um pouco mais baixo que o ainda em vigor, cerca de 2 milhões de euros, e é o 2º., mais baixo de sempre, representam a continuação das opções e prioridades dos anteriores documentos em que e também em condições muito difíceis, foi, tem sido possível alterar e para bem melhor a situação do que era o Município de Odivelas. -----*

*Tudo conseguido com muito trabalho, com muita competência e muito rigor, numa palavra a boa gestão, reconhecida em 29 de Setembro pela maioria dos Odivelenses. -----*

*Ao contrário, o País, e olhando para o OE de 2014 vem na linha dos anteriores, traz mais e mais austeridade, mais aumento de impostos, o que ontem era extraordinário veio para ficar, mais cortes nas pensões, mais cortes nos apoios sociais aos que nada têm, mais cortes nas transferências para as autarquias locais. -----*

*Mas curioso, estranho, a acreditar nas notícias que diariamente nos chegam, os problemas do País estão ou estarão em via de ser resolvidos. -----*

*Aí está a retoma da economia, a saída da recessão, a descida do desemprego, o aumento do consumo interno, parece que todos nós já andamos a gastar mais, já andamos todos a comprar carros novos e muito, muito mais. -----*

*Esta é a mensagem com que nos querem fazer crer ser a real situação do País. -----*

*Para nós é positivo verificar que existem alguns indícios de que algo poderá estar a mudar. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*Mas depois de batermos bem lá no fundo, só poderia acontecer esta retoma, sendo natural esta pequena melhoria que poderá ou parece estar a acontecer.* -----

***Melhoria que se deve apenas e só às empresas e às famílias.*** -----

*Ao Governo, ou melhor a este desgoverno, só teremos que responsabilizar pela destruição da economia, pela destruição de tantas empresas, pelo desemprego record e pela quebra de rendimento brutal e que levou á miséria tantas famílias, um Governo que nem sequer cumpre a Constituição.* -----

*E depois de tudo isto quais são os resultados que se obtiveram, será que valeu a pena, sabendo que todas as metas traçadas e anunciadas não vão ser atingidas:* -----

*a dívida continua a aumentar, o défice situa-se bem longe do prometido, o PIB vai continuar negativo.*

***Infelizmente, e é o OE para 2014 que o confirma, parece que não valeu a pena.*** -----

*É assim neste contexto nacional de enorme gravidade, que analisamos e todos temos que analisar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município de Odivelas para o ano de 2014 o qual e como em anos anteriores não podem deixar de refletir a atual realidade nacional.* -----

*E como nos anos anteriores mais uma vez o OE de 2014 vem penalizar o Município de Odivelas em mais algumas centenas de milhões de euros, resultado das alterações legislativas a nível de um aumento das contribuições para a CGA, de reduções na Lei das Finanças Locais – o FEF, no FSM, mas também em menores receitas na comparticipação no IRS, nas alterações do IMI.* -----

*Nestas condições adversas em que vivemos há que ter a coragem e a capacidade de fazer as melhores opções, opções muito difíceis e com as quais nem todos estarão de acordo, mas sabemos, todos, que quaisquer que elas fossem, alguns estão sempre em desacordo.* -----

*Nos anteriores orçamentos municipais as prioridades foram para os investimentos em áreas e setores fundamentais e onde as necessidades se faziam notar.* -----

*Foi assim e vai continuar a ser na Educação, na área Social, no ambiente.* -----

*Foi assim e vai continuar a ser assim na recuperação económica, na consolidação orçamental, na diminuição da dívida.* -----

***A presente situação exige que assim seja.*** -----

*Mas falemos de números.* -----

*O orçamento em análise que totaliza os 84,7 M€ milhões, apresenta um decréscimo na ordem dos 2M€ se comparado com o orçamento para o ano corrente, refletindo uma previsível descida na receita.* -----

*Receita prevista na ordem dos 65,854 M€ em receita corrente, de que destacamos 25,7 M€ a receita prevista em impostos diretos, 5,1 M€ em impostos indiretos e 20,9 M€ em transferências correntes.* -----

*Como receita de capital prevê-se uma receita na ordem dos 19 M€.* -----

*E esta menor cobrança com tendências para continuar, obriga a que sejamos cada vez mais exigentes nas opções a tomar, mais rigorosos na gestão dos recursos financeiros, de modo a que não se coloque em causa a já conseguida estabilidade financeira do Município.* -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*Recursos destinados a áreas que entendemos como fundamentais: -----*

**A Social**, com verbas na ordem dos 23,1 milhões de euros de modo a que a aposta na Educação se mantenha, tal como se mantenham as refeições escolares, os livros, os apoios a diversas entidades do Concelho ligadas ao apoio aos idosos, às crianças. -----

**Investimentos** em novos projetos ligados ao ordenamento e reabilitação do território, aos espaços públicos, à legalização dos Bairros. -----

No anterior mandato e enquanto Coordenador da Comissão de Atividades Económicas e Desenvolvimento Local, chamei aqui a atenção para a situação da Quinta do Espírito Santo, da Fonte das Pissarras e da Quinta das Águas Férreas. -----

A sua reabilitação de modo a colocar estes equipamentos ao serviço do Concelho e dos eu desenvolvimento económico é uma boa notícia. -----

**A estabilidade financeira e a redução da dívida.** -----

Como é do conhecimento de todos, a dívida do Município, seja bancária, de médio e longo prazo, seja dívida a fornecedores tem vindo e terá que continuar a baixar, a baixar de uma forma sustentada e programada, sem com isso prejudicar os outros setores da atividade municipal. -----

Por isso hoje Odivelas é citada como um exemplo na amortização da dívida. -----

**Queremos uma Câmara também com uma boa saúde financeira.** -----

**As despesas com o pessoal**, 23,9 milhões de euros ou seja 28%. -----

Estes valores são bem a imagem de rigor do presente orçamento mas também um sinal de competente gestão, se pensarmos em Municípios onde os custos com o pessoal rondam os 60/70% e até percentagens superiores o que para alguns é a boa gestão da coisa pública. -----

As transferências para as Juntas de Freguesia continuam com verbas elevadas, 4 M€. -----

Na despesa prevista, 61,4 m€ referem-se a despesa corrente e 22,9 m€ referem-se a despesas de capital, registando-se um aumento das despesas de capital em contrapartida com uma diminuição das despesas correntes quando comparado com o orçamento para o ano de 2013. -----

Estes são pontos fundamentais que entendemos aqui realçar existindo alguns outros, muito, muito importantes, embora sem o peso financeiro dos atrás indicados. -----

Mas não só nesta área. -----

Como já dissemos atrás, as famílias, as empresas, todos, atravessamos situações de grandes dificuldades. Atentos a essas dificuldades, e numa medida de apoio às famílias não poderemos de aqui deixar de citar e a exemplo do já acontecido no ano anterior, **a diminuição** da taxa de IMI para os 0,375%, agora para os prédios avaliados ao abrigo do CIMI, hoje a grande maioria. -----

Enquanto em Odivelas se baixam as taxas de IMI, no resto do País mais que duplicaram as autarquias que praticam as taxas máximas, sendo já algumas dezenas de Municípios os que cobram essas taxas. -----

E o que ouvimos nós? **a Câmara de Odivelas asfixia os seus municípios.** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

**Ouviram bem: a Câmara de Odivelas baixa as suas taxas de IMI e é acusada de asfixiar os seus munícipes. -----**

*É público e conhecido que entre os Municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa as taxas praticadas pela CMO encontram-se entre as mais baixas, mais precisamente no 4º. lugar das mais baixas e que as taxas praticadas pelas Câmaras por quem isto afirma são das mais elevadas, ficando bem longe, para pior, das praticadas em Odivelas, pelo que apetece perguntar a quem faz estas afirmações: -----*

**Se Odivelas asfixia, o que diremos acerca das Câmaras que aumentam as taxas e geridas por quem isto afirma? -----**

**Roubam? Exorquem? Usurpam? -----**

**Ficamos á espera que alguém nos diga como as devemos qualificar. -----**

*Voltamos a fazer o convite que aqui fizemos há muito pouco tempo: tenham a coragem de praticar as taxas que se praticam em Odivelas e não vir com aquela de: faz o que eu digo, não faças o que faço, porque aqui nós dizemos e fazemos. -----*

*Também o sector económico, as empresas não foram esquecidas, tão importantes elas são para o Concelho – a isenção da Derrama agora por 5 anos para as que instalem a sede social no Concelho e criem novos postos de trabalho ou provem não ter reduzido. -----*

*Verificamos assim que na despesa prevista, 61,4 m€ se referem a despesa corrente e 22,9 m€ se referem a despesas de capital, registando-se um aumento das despesas de capital em contrapartida com uma diminuição das despesas correntes quando comparado com o orçamento para o ano de 2013. -----*

*Os valores previstos para as GOPs para o ano de 2014 situa-se na 63,3 m€, apresentam uma diminuição em relação a 2013 e também aqui parte substancial está destinada às funções sociais. -----*

**Sr., Presidente, Sras., e Srs., Deputados, -----**

*Temos a perfeita consciência que muito há ainda para fazer, mas somos realistas, na presente situação, o mais importante é cumprir os compromissos assumidos, manter os apoios essenciais para nós e para os que deles necessitam, continuar com o rigor e a capacidade de resolver os problemas. -----*

*Estes documentos com os quais vamos enfrentar o ano de 2014, que se anuncia e prevê de grandes dificuldades, vão permitir continuar o trabalho iniciado e desenvolvido em anos anteriores, trabalho que os Odivelenses entenderam apoiar publicamente em 29 de Setembro, porque eles sabem é com o PS e o programa apresentado, que é com o nosso trabalho que Odivelas vai continuar no caminho de um desenvolvimento mais justo, mais solidário, mais humano, mais preparado para o futuro. -----*

*Por tudo isto, a bancada do PS votará favoravelmente a presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2014.” -----*

**Eduarda Barros – -----**



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*“Há alturas em que importa ser cartesianos, isto é, ter ideias simples e claras e começaria por uma que fui aprendendo com os Latinos “O último a rir, ri melhor”. Há 3 meses os Odivelenses deram a Maioria absoluta ao PS, ou seja, ao Executivo do PS, ou seja, das duas uma ou a argumentação da CDU cai toda por terra ou os Odivelenses estarão errados. Acredito que no pensar da CDU os Odivelenses estão errados. Gostaria ainda de chamar a atenção para uma pequena expressão que me ficou da intervenção dos Senhores Deputados da CDU que sinceramente não percebi se era para Bragança ou se era para Odivelas, “onde se fala em contenção que este executivo deveria ter tido, maior contenção Urbanística”. Maior contenção Urbanística? Não me lembro deste executivo ter feito alguma urbanização, as urbanizações de Odivelas e algumas de grande gosto estético foram feitas pela CDU, portanto não estou a ver. ----- Finalmente e porque de facto existem alturas em que precisamos de ser simples, claros e distintos, conseguir o que este executivo ou que esta maioria tem conseguido em plena crise que começa em 2008 até hoje, de reduzir por um lado a dívida em 30 milhões, de transformar este concelho, num concelho desenvolvido, modernizado e sobretudo num concelho que perdeu o estatuto de subúrbio. Foi feito com enorme esforço de homens e de mulheres, de gente que está no executivo e obviamente também na oposição, porque nestas coisas a oposição também faz parte e só por isso e pela dignidade que foi transferida e foi dada a esta terra comparativamente de quando vim morar para cá. ----- Por tudo isto o PS vai votar favoravelmente.” -----*

**Armindo Fernandes – -----**

*“O Plano e Orçamento para 2014 que acabou de ser aprovado pela maioria PS/PSD que governa este Município há anos, são o espelho do falhanço político destas duas forças no que à gestão do Concelho diz respeito. Espelham o adiamento sucessivo da consolidação de uma realidade concelhia própria e autónoma face aos concelhos vizinhos. -----*

*Na realidade, as GOP revelam uma total falta de estratégia para o Concelho, limitando-se a refletir nas políticas municipais os princípios de austeridade que neste momento são o vetor fundamental das próprias políticas nacionais. -----*

*A população do concelho de Odivelas merece e precisa de uma política diferente e é cada vez mais indiscutível a necessidade imperiosa de interromper esta política nacional e os seus impactos no Poder Local, nos municípios, concretizada nos constrangimentos legais e financeiros que lhes são impostos, no ataque aos direitos dos trabalhadores das autarquias, na falta de investimento em importantes serviços públicos – da saúde à educação passando pelos transportes e os apoios sociais – no agravamento da situação das famílias, das organizações sociais e das pequenas empresas. -----*

*Contudo e por outro lado, este orçamento espelha também opções políticas e financeiras locais que sempre mereceram a nossa firme oposição, decididas e aplicadas pela maioria PS/PSD, e portanto são da sua inteira responsabilidade. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*Num momento particularmente gravoso e difícil, mais importante que dramatizar os cortes orçamentais decorrentes das transferências do Estado Central ou utilizá-los como argumento justificativo das opções tomadas, assume particular prioridade, do nosso ponto de vista, a adoção de opções alternativas e diferentes das que foram e continuam a ser tomadas. -----*

*Este não é o nosso orçamento. Outras propriedades e outras opções deveriam ser tomadas de forma a contribuir para elevar as condições de vida da população do concelho, nas diversas esferas da intervenção municipal. -----*

*O valor deste orçamento para 2014, cerca de 85 milhões de euros, menos 2 milhões que em 2013, impunha, na nossa opinião, a premência de um plano de redução de despesas municipais supérfluas e desadequadas do interesse do município, como a renegociação dos encargos com a parceria público-privada, a redução do recurso a aquisição de serviços externos que podem e devem ser executados diretamente pelos trabalhadores do município. -----*

*A redução destas despesas permitiria canalizar verbas para onde são necessárias, ou seja, para o reforço nos investimentos em áreas fundamentais. -----*

*Por outro lado consideramos que deveria ser veementemente exigido um plano de pagamento das dívidas ao Município por parte do poder central relativo às transferências de competência. -----*

*No entanto consideramos que este orçamento, tal como os anteriores, e ao nível das receitas, continua a ser elaborado com otimismo, com previsão de verbas que, muito provavelmente nunca virão a ser arrecadadas. Por isso, o investimento real no território e para as pessoas, será ainda inferior ao que se anuncia. -----*

*Por exemplo, no caso dos impostos indiretos, da venda de bens e serviços ou das taxas, multas e penalidades. Estas, embora com redução significativa relativamente a 2013, continuam com uma previsão irreal e empolada. -----*

*Se em 2012 só se arrecadaram menos de 3,5 milhões de euros por que razão se insiste em prever quase 6 milhões de euros para 2014, quando a recessão para que empurraram este País continua e se agrava? Já para não falar dos eternos 18 milhões para "ressarcimento da instalação do município" que passam de ano para ano sem qualquer alteração ou informação que nos permita vislumbrar que venham a ser pagos. ----*

*Quanto aos impostos diretos, podemos considerar este orçamento como o mais realista dos últimos anos, mas também ainda mais esclarecedor. -----*

*Poder-se-ia mesmo dizer que o Governo asfixia Odivelas e que a Câmara de Odivelas asfixia os seus municípios. -----*

*Basta reparar no orçamento do IMI. Em 2012, o imposto arrecadado foi superior em 7% ao orçamentado. Não temos dados finais da execução do presente ano, mas a verdade é que, para 2014 e apesar de ser transferido diretamente para as freguesias 1% do total do IMI dos prédios urbanos, a previsão é de 18 milhões 521 mil e 600 euros, ou seja, mais 705 mil 621 euros que o previsto para o ano corrente de 2013.*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*Este imposto representa 72% dos impostos diretos e estes correspondem a 30,4% do total das receitas previstas. Só o IMI corresponde a 28% do total das receitas correntes e a 22% do total global do orçamento. Este é um facto indesmentível e não pode deixar de ter uma leitura de grave censura política. -----*

*Ao nível da despesa, este orçamento continua a revelar de forma clara os impactos financeiros de opções que a não serem travadas, continuarão a hipotecar o futuro ainda durante muitos e muitos anos, sempre mereceram a nossa firme oposição e para as quais nunca deixámos de alertar, como é o caso das PPP que significam um esforço suplementar de mais de 2 milhões de euros ou a dependência excessiva de verbas do município por parte da Município, esta com meio milhão de euros para cobrir prejuízos, para além de quase 1 milhão a título de subsídio. -----*

*Com opções e políticas desta natureza, é óbvio que o investimento fica prejudicado e as intervenções municipais vão sendo sucessivamente adiadas como são exemplos paradigmáticos a EB/JI de Caneças ou o JI da escola n.º 5 de Odivelas, que mais uma vez são adiados, agora para 2015/ 2016! -----*

*Para os refeitórios e para as AEC, o valor previsto passa para metade. Assim como também descem as verbas para os transportes escolares os manuais ou auxílios económicos. -----*

*Todos os programas de apoio às coletividades, clubes, IPSS, seja no desporto, no recreio, para a juventude ou apoio social, são suspensos. O mesmo é dizer "apertar o garrote" a tantas entidades que, neste concelho prestam um trabalho inestimável e insubstituível nestes diferentes domínios de intervenção. -----*

*Também os equipamentos sociais para os idosos não são poupados. Para todo o ano e para reparações em centros de dia estão previstos 8 mil e 100 euros. As obras urgentes e prometidas no CURPIC, em Caneças, não constam das GOP. -----*

*Também as verbas destinadas aos bombeiros vão ser reduzidas e as intervenções de emergência no concelho têm previsto a ridícula verba de 1050 euros. Sem comentários! -----*

*O Orçamento Participativo fica na gaveta. E por fazer está ainda parte do previsto no orçamento participativo de 2010. Por pagar ainda mais. É esta a noção de um município mais próximo! -----*

*No meio desta negritude abre-se um clarão de esperança com a candidatura ao programa Reabilitar, com o milhão e meio de euros previstos para projetos de reabilitação da Quinta do Espírito Santo, da Quinta das Águas Férreas e a construção do Centro Interpretativo das Águas de Caneças, na Fonte das Piçarras. -----*

*Uma candidatura que é bem-vinda, porque há muito que a reabilitação deste importante património devia estar concretizada. Mas aconselha-nos a experiência a esperar para ver e não criar grande expectativas. Não esqueçamos o Odi-Villas, o Prohabita, a regeneração da Vertente Sul etc., etc. Desejamos que este programa não vá pelo mesmo caminho e ainda menos que não avance por falta de diligência e meios imputáveis a este município. -----*

*Pelo exposto, o nosso voto só pode ser um voto contra." -----*

**Luís Santos – -----**





Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*"O Orçamento da Câmara Municipal de Odivelas para 2014 é apresentado num contexto de recessão económica. Debaixo da política do troika, os constrangimentos financeiros impostos pela direita às autarquias locais têm sido muitos. -----*

*No entanto, a orientação política da CMO vem de há longo tempo numa deriva de direita. O PS de mãos dadas com o PSD há largos anos governam o município com os resultados que estão à vista de todas e todos. -----*

*Num orçamento que sofre mais um corte, o executivo não corta na Parceria-Público-Privado, Odivelas Viva, mas opta por cortar em todas as restantes áreas. Na educação, apesar da falta de equipamentos na rede pública, a CMO reduz drasticamente o investimento. Ao mesmo tempo, o valor pago pela PPP pesa o dobro do apoio dado aos corpos de bombeiros do concelho. -----*

*No que diz respeito às Grandes Opções do Plano, a linha de austeridade também se verifica com enorme clareza. Com particular destaque para a falta de transparência nas soluções pensadas pela CMO para os três espaços do concelho (Quinta do Espírito Santo, Quinta das águas Férreas e Fonte das Piçarras) que serão recuperados. -----*

*Sendo uma proposta que compactua com a linha política da austeridade da tróika e do governo o Bloco de Esquerda vota contra." -----*

### **Ponto 3 – Proposta de Mapa de Pessoal. -----**

*Presente para deliberação, a Proposta de Mapa de Pessoal, de acordo com a informação nº interno/2013/10851, de 2013.12.09, aprovada na 4ª Reunião Extraordinária do Quadriénio de 2013-2017, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 13 de Dezembro de 2013 e remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----*

*Pelo Senhor Presidente foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto. -----*

*O Ponto foi colocado à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----*

***Adventino Amaro**, pela bancada da CDU; proferiu uma intervenção que será convertida em **declaração de voto**. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

Pelo Senhor Presidente, foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos -----

Após este período, o documento foi colocado à votação, tendo o mesmo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a **favor** das bancadas do **PS e PSD**, votos **contra** das bancadas da **CDU e BE** e com as **abstenções** da bancada do **CDS** -----

**Pelos Membros da Assembleia Municipal, Adventino Amaro e João Curvêlo**, pelas bancadas da **CDU e BE**, foram proferidas **declarações de voto**, que seguidamente se transcrevem:-----

**Adventino Amaro** – -----

*“Os trabalhadores de todo o País, mas em particular os Trabalhadores da Administração Pública, seja a nível central ou local, continuam a ser o alvo preferencial do Governo para aplicação de medidas restritivas e profundamente penalizadas, que se consubstanciam, no esvaziamento das funções sociais do estado, piorando a qualidade de Vida da esmagadora maioria do Povo Português. -----*

*Na sequência deste ataque às funções essenciais de funcionamento do Estado, existem autarquias que, sob a capa da necessidade de cumprimento de “obrigações legais” expressas no Orçamento de estado para 2014, procedem a modificações e alterações nas suas estruturas orgânicas e funcionais, como se fossem simples “Agências do Governo” e tratam os seus Trabalhadores como se eles não fossem Funcionários Públicos mas sim Trabalhadores de uma qualquer Empresa de Trabalho temporário. -----*

*O procedimento da Câmara Municipal de Odivelas, presente nesta proposta de mapa de pessoal para 2014 (aliás, na sequência dos procedimentos efetuadas em Novembro na sua Estrutura Orgânica), torna esta Câmara uma aluna exemplar das orientações governamentais, pelo que é justo referir que se o governo vai além da Troika, a Câmara Municipal de Odivelas serve-se do Orçamento de Estado do PSD/CDS, para ir mais além do que devia. -----*

*Em conformidade, diminui 39 postos de trabalho, número superior ao exigido pelo Orçamento de Estado. Contabiliza como postos de trabalho mais de 29 comissões de serviço e, entretanto, contrata Prestações de Serviços, Consultorias Externas e situações afins sobre as quais temos as maiores reservas. Desde já referimos que tais opções responsabilizam apenas a maioria que as sustenta (PS) e a quem lhes dá apoio (PSD). -----*

*Daí o nosso voto contra.” -----*

**João Curvelo** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

*“A política promovida pelo memorando da troika e pelo governo PSD-CDS obriga a uma redução de pessoal nas autarquias locais. Em Odivelas o executivo PS-PSD, à semelhança do governo da direita no país, foi além da dos dois por cento de redução no quadro de pessoal, no ano de 2013. ----- Mantendo-se a política de austeridade, que nem sequer leva em conta as reais necessidades das diferentes autarquias, colocando em causa o serviço público prestado, o Bloco de Esquerda só pode votar contra a proposta do executivo sobre o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Odivelas para 2014.” -----*

**Ponto 4 – Proposta de Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia.** -----

Presente para deliberação, o Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, de acordo com a informação nº interno/2013/10875, de 2013.12.09, aprovado na 4ª Reunião Extraordinária do Quadriénio de 2013-2017, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 13 de Dezembro de 2013 e remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião -----

Pelas 12h40m, registou-se a saída da Deputada Municipal **Susana Santos** -----

Pelo **Senhor Presidente** foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto. -----

Pelas 12h48m, registou-se a saída da Deputada Municipal **Paulo Paço** -----

O Ponto foi colocado à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Presidente da Junta da União das Freguesias de Pontinha/Famões, **Corália Rodrigues**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em **declaração de voto** -----

Presidente da Junta da União das Freguesias de Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em **declaração de voto** em nome Individual -----

Presidente da Junta da União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião/Olival de Basto, **Rogério Breia**, pela bancada do **PS**, -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
X  
R.

-----  
Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Nuno Gaudêncio**, pela bancada do **PS**; -----  
-----

Pelo Senhor Presidente, foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes. -----  
-----

Após este período, o documento foi colocado à votação, tendo o mesmo sido **Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD e BE e abstenções das bancadas do CDS e CDU** -----  
-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Corália Rodrigues**, pela bancada do **PS**, **Ilídio Ferreira em nome individual**, foram proferidas **declarações de voto**, que seguidamente se transcrevem: -----  
-----

**Corália Rodrigues** – -----

*"A delegação de atos de competência municipal nas Juntas de Freguesia, já prevista na anterior Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na sua atual redação, nomeadamente do seu Art.º 66º, tem sido uma prática constante desta Câmara Municipal, desde a criação do Município de Odivelas. -----*

*O Protocolo de Delegação de Competências revelou-se, desde a criação do Concelho, um instrumento de gestão que sempre considerámos de grande importância, pela capacidade de intervenção e pela proximidade com que as nossas Juntas de Freguesia sempre foram, ao longo dos anos, exercendo as competências que lhes foram delegadas. -----*

*Porque a realidade é sempre evolutiva e as circunstâncias quer jurídicas, quer financeiras, se foram alterando, este instrumento foi sendo objeto de acertos, afinações e melhorias que visaram sempre o mesmo fim – a prestação de um serviço de qualidade aos nossos Cidadãos. -----*

*Com a entrada em vigor da Lei 75/2013, a figura do protocolo de delegação de competências passou a ser substituída por Acordos e Contratos de Execução o que, conjugado com o reforço das competências próprias das Freguesias, nos obrigou, necessariamente, à criação de novos instrumentos para a delegação de competências. -----*

*Não obstante, essa mesma Lei, permitir um prazo mais alargado, entendemos que era fundamental que a delegação de competências fosse aprovada em devido tempo, de modo a que permita a sua entrada em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, sob pena de criar uma situação de grande complexidade financeira para as nossas Juntas de Freguesia, que têm, em grande medida, a sua estrutura dependente da delegação de competências e das transferências do Município de Odivelas. -----*

*A bancada do Partido Socialista quer, assim, saudar o grupo de trabalho multidisciplinar responsável pela elaboração dos Acordos e dos Contratos de Execução com as Juntas de Freguesia, pela qualidade técnica do trabalho que realizaram num tempo muito reduzido. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
X  
D.

*Em 2014 o Município de Odivelas terá um dos mais baixos orçamentos de sempre, (84.8 M€), fruto de uma diminuição abrupta de receita, quer via OE, com a aprovação da nova Lei das Finanças Locais que penaliza fortemente o nosso Concelho, quer através da queda acentuada de receitas próprias. -----*

*Esta realidade confrontou-nos com a necessidade de ajustar as transferências para as Juntas de Freguesia, de forma justa e equitativa, com critérios sérios e rigorosos, com dois objetivos muito concretos: -----*

*1. Salvar a sustentabilidade financeira quer do Município, quer das Juntas de Freguesia; -----*

*2. Assegurar aos Municípios deste Concelho a qualidade e a salubridade do espaço público. -----*

*Salienta-se, ainda, que às verbas previstas nas transferências acresce arrecadação, pelas Juntas de Freguesia, de 85% do montante liquidado ao abrigo das competências de ocupação da via pública, ocupação do espaço público e publicidade, bem como a transferência, por parte do Município, de 50% das verbas arrecadadas ao abrigo do Licenciamento 0. -----*

*As Juntas de Freguesia passam também, a partir de 2014, a receber 1% da receita de IMI quer era adstrita à receita municipal, o que consideramos manifestamente insuficiente para fazer face às suas novas competências. -----*

***Face ao exposto, a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta de Acordos e Contratos de Delegação de Competências." -----***

***Ilídio Ferreira -----***

*"As Juntas de Freguesia e união de freguesia vão receber novas competências próprias mas estas não são acompanhadas de verbas adequadas à sua concretização satisfatória. -----*

*Do governo já o esperávamos, mas não esperávamos da Câmara. A Câmara tem vindo a baixar os valores nas transferências para as juntas sucessivamente ao ano. Este ano, baixa cerca de 12% para a nossa autarquia, é uma violência e leva-nos a questionar: que o concelho queremos, pois os acordos e contratos visam essencialmente áreas que garantem a qualidade de vida das pessoas, a qualidade dos edifícios escolares que é o melhor que o Município pode e deve garantir aos municípios do concelho. -----*

*É evidente que as freguesias não podem deixar de assinar estes acordos e estes contratos. Não o fazemos seria piorar a situação futura. -----*

*Mas toda a gente sabe que "um garrote", apertando sucessivamente, produz o fim inevitável a morte. -----*

*Mas será que foi isto o prometido em eleições? Mas será que é isto o que o concelho merece? -----*

*Por nós, vamos assinar estes acordos e contratos, faremos o melhor que podermos e todos os tostões serão bem utilizados como é nossa prática. Mas não chegará para termos as nossas freguesias como desejamos, isso não será possível. -----*

*Vamos fazer o melhor que podermos. Não seremos os responsáveis pelo abaixamento de qualidade que esta redução de verbas provocará. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Para terminar e para além do exposto, declaro que vamos votar favoravelmente o que é proposto no ponto nº4 desta ordem de trabalhos.* -----

*Sabemos que a Câmara tem dificuldades, mas são maiores porque não ouviram o que a CDU na Câmara sempre defendeu e criticou.* -----

*É evidente que pagar às PPP cerca de 130.000€ mês, com agravamentos a mais de 2% condenou-se o Município por 25 anos.* -----

*Ninguém se questiona na maioria que governa este concelho valores disponíveis?* -----

*Ninguém se questiona que serviços presta atualmente ao concelho o Pavilhão Municipal designado de Multiusos?* -----

*Não falo em mais situações porque não são necessárias para se concluir que é o PS optou por praticar políticas erradas e o resultado está à vista.”* -----

Pelas 13h14m, registou-se a entrada da Deputada Municipal **Susana Santos** -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

**O Senhor Presidente** informou todos os presentes que não se regista nenhuma inscrição do público. ----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 13h21, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 2.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente -----

O 1º Secretário -----

O 2º Secretário -----